

JUVENTUDE E GÊNERO: EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PR.

Luciana Vargas Netto Oliveira¹

Silvio Antônio Colognese²

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar as relações entre juventude e gênero, a partir de três variáveis: educação, trabalho e renda. A pesquisa tem abordagem quanti-qualitativa, os dados foram coletados em fontes secundárias e os sujeitos perfazem a totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes na microrregião de Toledo (composta de 21 municípios), localizada na região Oeste do estado do Paraná. Os resultados indicam que as jovens do sexo feminino estão alcançando maiores níveis de escolaridade do que os do sexo masculino; no entanto, elas apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho e salários comparativamente mais baixos.

Palavras-Chave: Juventude; Gênero; Educação; Trabalho; Renda.

Abstract: The objective of this work is to analyze the relationships between youth and gender, based on three variables: education, work and income. The research has a quanti-qualitative approach, the data were collected in secondary sources and the subjects are the youths' totality between 18 and 29 years old, residents in the geographic micro-region of Toledo (composed of 21 municipal districts), located in the West area of the state of Parana. The results indicate that the female youths are reaching larger education levels than the male; however they present comparatively more difficulties of entering the job market and present lower wage than the male.

Keywords: Youth; Gender; Education; Work; Income.

Introdução

A importância da juventude baseia-se na comprovação de que se trata de um período de construção de identidades e de definição de projetos de futuro (NOVAES, 2009). Para que essas transições sejam possíveis, o jovem, compreendido como sujeito de direitos humanos fundamentais, deve ter satisfeitas suas necessidades básicas no que diz respeito à saúde e alimentação, educação, esporte, cultura e lazer, profissionalização e preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

O reconhecimento do papel da juventude no cenário brasileiro ganhou maior visibilidade a partir dos anos 2000, ocasião em que os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, lançaram e aprovaram o Programa de Ação Mundial para a Juventude, cujo fundamento é o reconhecimento que os jovens, assim como suas visões e aspirações, são elemento essencial para enfrentar os desafios impostos às sociedades e às futuras gerações³.

A partir dessas diretrizes e de um processo de mobilização da sociedade e do Estado brasileiros, gestou-se a proposta de uma Política Nacional de Juventude, aprovada em 2006, produto de um trabalho coletivo que envolveu ministérios, secretarias, organizações não governamentais e

¹ Graduada em Serviço Social e em Direito, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2005), Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (2014). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo, PR) e membro do Grupo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da Criança e do Adolescente (Unioeste/Campus de Toledo, PR).

² Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997) e docente efetivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus de Toledo –, onde é professor permanente do Mestrado em Ciências Sociais.

³ UNITED NATIONS. **The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond**. Tradução livre. Disponível em: <<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

representantes de jovens de todo o país. Esse documento, cujo fundamento norteia-se em “gerar oportunidades e assegurar direitos”, elenca um rol de desafios para atingir a seguinte finalidade:

[...] ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais. (BRASIL. SNJ, 2009, p. 8).

No entanto, apesar da existência de tratativas internacionais sobre o tema e de recentes tentativas de políticas públicas relativas à população jovem no Brasil, esses instrumentos ainda estão em suas primeiras iniciativas e a realidade encontrada demonstra que, na vida de milhões de jovens brasileiros, coexistem as mesmas contradições presentes na sociedade. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, dos locais de moradia, das disparidades entre espaço urbano e rural, das desigualdades entre regiões do mesmo país, dentre outros fatores. Além disto, há também as desigualdades de gênero, preconceitos e discriminações em relação a etnias, orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos e, até mesmo, relativos a torcidas organizadas (NOVAES, 2009).

Nesse sentido, o propósito do estudo⁴ é analisar as relações entre juventude e gênero, a partir de três variáveis: educação, trabalho e renda. A investigação caracteriza-se por uma abordagem de análise quanti-qualitativa, com dados coletados em fontes secundárias⁵ de janeiro a dezembro de 2013, e os sujeitos da pesquisa consistem na totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes na microrregião geográfica de Toledo, localizada na região Oeste do Estado do Paraná e composta de 21 municípios. Para a amostra foram delimitados, a partir de critérios objetivos⁶, os seis municípios que apresentaram maiores índices de desenvolvimento econômico e social⁷.

1 Juventude e relações entre gênero, educação, trabalho e renda

No contexto brasileiro, a educação é considerada um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme estabelece o art. 205 da Constituição Federal de 1988. No seu sentido mais amplo, o processo educativo não se limita ao sistema escolar – embora este seja fundamental para se atingir os objetivos de uma educação de qualidade –, mas se estende aos aspectos culturais, esportivos e de lazer, acesso à informação e à educação para a cidadania. O desafio dos países e regiões é propiciar oportunidades iguais a todos para o acesso e permanência com qualidade no sistema educativo, além de oferecer às crianças, adolescentes e jovens as mais diversas atividades em diferentes espaços que permitam o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Considerando sua importância, a questão do acesso e permanência de crianças, jovens e adultos em um sistema educacional de qualidade tem sido, cada vez mais e de forma geral, reconhecida como essencial pelos países e pelos Estados-membros da UNESCO que, no ano 2000, conceberam o projeto

⁴ Produzido a partir dos resultados da Tese de Doutorado intitulada “Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.”, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo), em fevereiro de 2014. Autora: Luciana Vargas Netto Oliveira. Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese.

⁵ As principais fontes foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos e PNADs disponíveis); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Secretaria de Educação do Estado do Paraná, dentre outros.

⁶ Os critérios foram: Produto Interno Bruto (PIB) per capita; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM); Consumo de energia elétrica; Taxa de analfabetismo entre os jovens de 20 a 29 anos (IBGE, 2010).

⁷ A saber: Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Palotina, Quatro Pontes e Toledo.

“Educação para Todos”⁸, o qual possui, entre outros objetivos: “Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos” e “Avaliar a paridade e a igualdade entre os sexos na educação” (UNESCO, 2013b, s/p.). Assim, investigações específicas devem ser realizadas no que diz respeito às diferenças de gênero entre os jovens, principalmente relativas à educação.

Recentes dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2012) no Brasil demonstram que, em todo o país, a situação das jovens do sexo feminino de 15 a 29 anos que não trabalham e nem estudam (denominada pelo IBGE de jovens “nem-nem”) é ainda mais preocupante do que a dos jovens do sexo masculino, pois entre a totalidade desses jovens, 70,3% são do sexo feminino. Para a realidade da microrregião de Toledo, observa-se que o denominado “hiato de gênero”⁹ vem sendo, paulatinamente, superado, pois, historicamente, as mulheres foram relegadas a um papel secundário no que diz respeito ao acesso à educação.

Em relação aos jovens analfabetos, observa-se no Quadro 1 uma relação de maioria do sexo masculino (54,29%), porcentagem ainda maior quando se trata do Ensino Fundamental incompleto (58,54%) e um total de 55% de jovens do sexo masculino com o Ensino Fundamental completo. Por outro lado, as jovens do sexo feminino nitidamente alcançaram patamares mais elevados de escolaridade, perfazendo um total de 52,85% no nível de Ensino Médio completo e de 62% no Ensino Superior, denotando um avanço em termos de acesso à educação. Contraditoriamente, as possíveis dificuldades de colocação no mercado de trabalho parecem favorecer a continuidade dos estudos às jovens do sexo feminino.

Quadro 1 – Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Nível Escolaridade	Sexo				
	Masc.	%	Fem.	%	Total
Analfabeto (a)	171	54,29%	144	45,71%	315
E. Fund. Incompleto	4.501	58,54%	3.188	41,46%	7.689
E. Fund. Completo	5.565	55,04%	4.546	44,96%	10.111
E. Méd. Completo	9.993	47,15%	11.199	52,85%	21.192
Ens. Superior	2.202	38,00%	3.593	62,00%	5.795
Total	22.432	49,74%	22.670	50,26%	45.102

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

Barroso (2004) destaca que, em todas as partes do mundo, o empoderamento das mulheres está associado a níveis mais elevados de escolaridade, pois elas adquirem maior capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e de suas famílias. Assim, as mulheres que galgam níveis mais elevados de educação aproveitam melhor as oportunidades existentes e os serviços disponíveis, aumentando o potencial de geração de renda da família, decidindo de forma autônoma sobre a própria fertilidade e participando de forma mais ativa na vida pública. Este parece ser um dos aspectos significativos observados nos níveis de escolaridade das jovens mulheres da microrregião de Toledo.

Apesar dos avanços encontrados na microrregião em relação ao acesso das jovens ao Ensino Superior, não foi possível estabelecer a relação entre gênero e áreas de formação. Historicamente, as mulheres ingressam em maior número em carreiras de nível superior ligadas à área de Saúde, Educação, Serviço Social, dentre outras das Ciências Humanas e Sociais. Barroso (2004) afirma que, mesmo muitos anos depois do movimento feminista ter denunciado os estereótipos de gênero nos materiais didáticos e nas maneiras – sutis ou não – de influenciar as meninas para que evitem a área das Ciências Exatas, a escola, de modo geral, ainda colabora para que isso ocorra. Atualmente, dentro do contexto social e escolar, ainda há poucos programas que procuram questionar o papel e a divisão sexual do trabalho.

⁸ O movimento “Educação para Todos” (EPT) constitui-se num engajamento global que visa assegurar uma educação de base e de qualidade a todas as crianças, jovens e adultos. Concebido durante o Fórum Mundial sobre a Educação (Dakar, 2000), 164 países defenderam a ideia da EPT e identificaram seis objetivos a serem atingidos até 2015. O movimento procura engajar não somente os governos, mas as agências de desenvolvimento, a sociedade civil e os setores privados em busca desses objetivos (UNESCO, 2013b). Maiores detalhes sobre a EPT podem ser obtidos em: <<http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>>.

⁹ Fenômeno observado na educação brasileira baseado no fato de as taxas de alfabetização e dos demais níveis de educação dos homens serem historicamente superiores aos das mulheres (BELTRÃO; ALVES, 2009).

A partir desse panorama da realidade educacional, exposto em termos do nível de escolaridade existente entre os jovens em relação às diferenças de gênero, entende-se que governos municipais e sociedade organizada da microrregião de Toledo devam estar atentos às estratégias e políticas públicas para reduzir as desigualdades de acesso à educação e oferecer meios para o desenvolvimento de competências destes e destas jovens a fim de evitar sua inserção em empregos pouco qualificados e mal remunerados.

As particularidades do trabalho e as relações de gênero entre os jovens da microrregião de Toledo são relevantes para demarcar que os avanços das mulheres no campo educacional, como observado anteriormente, não podem ser analisados fora do contexto mais amplo, pois nem sempre foram acompanhados por conquistas no mercado de trabalho e em termos salariais. A investigação relativa à inserção dos jovens no mundo do trabalho teve por base os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). As questões realizadas pelos recenseadores fazem parte de um formulário padronizado pelo órgão de pesquisa e, a partir delas, o IBGE intencionou saber, primeiramente, quantos postos ou locais de trabalho as pessoas possuem, pois, nem sempre, uma colocação é suficiente, ou, em casos de várias profissões, como professores(as) ou enfermeiros(as), por exemplo, é comum que eles trabalhem em diferentes locais, simultaneamente. Observemos o Quadro 2:

Quanto às jovens que declararam não estar trabalhando – lembrando que a questão feita pelo IBGE não detalha se o(a) entrevistado(a) estava ou não procurando trabalho, ou mesmo se não estava trabalhando no momento da pesquisa por opção pessoal –, elas se encontram em maioria em todos os municípios da amostra. Considerando-se a

totalidade dos municípios pesquisados, observa-se duas vezes mais jovens do sexo feminino (67,79%) do que os do sexo masculino sem trabalho. No detalhamento desses dados, em dois dos menores municípios pesquisados (Maripá e Quatro Pontes), esse índice chegou à relação de três jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem trabalho (25% homens e 75% de mulheres). Quanto aos jovens que declararam possuir um posto de trabalho, a relação de gênero é mais equilibrada, porém, com tendência à maioria (média de 54%) de jovens do sexo masculino em todos os municípios. Na categoria de dois ou mais trabalhos, tem-se certo equilíbrio entre os sexos, também com leve tendência à maioria dos jovens do sexo masculino (em torno de 53%) para a maioria dos municípios.

Segundo Bruschini (2007), a inserção laboral das brasileiras é marcada por progressos e atrasos, pois, se de um lado há uma constância no aumento da participação feminina no mercado de trabalho desde a metade dos anos 1970, por outro, se constata um elevado desemprego entre as mulheres e condições precárias relativas ao trabalho feminino. Em relação ao desemprego, o quadro apresentado demonstra essa realidade para as jovens da microrregião de Toledo: grande porcentagem das mesmas declarou não possuir nenhum trabalho

Quadro 2 – Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Quantidade de postos de trabalho	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Zero	3.118	32,21%	6.563	67,79%	9.681	21,53%
Um	18.365	54,66%	15.234	45,34%	33.599	74,73%
Dois ou mais	896	53,30%	785	46,70%	1.681	3,74%
Total	22.379	49,77%	22.582	50,23%	44.961	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

Quadro 3 – Tipo declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Tipo	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Empregado c/ CTPS ¹	13.192	54,14%	11.176	45,86%	24.368	54,20%
Militar	70	100%	0	0%	70	0,16%
Funcionário público	268	32,02%	569	67,98%	837	1,86%
Empregado s/ CTPS	2.736	52,03%	2.523	47,97%	5.259	11,70%
Conta própria	2.516	65,45%	1.328	34,55%	3.844	8,55%
Empregador	322	55,61%	257	44,39%	579	1,29%
Não remunerado	159	48,92%	166	51,08%	325	0,72%
Nenhum	3.118	32,21%	6.563	67,79%	9.681	21,53%
Total	22.381	49,78%	22.582	50,22%	44.963	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

(68%). Em relação ao tipo de trabalho que os/as jovens realizam, tem-se os seguintes dados, dispostos no Quadro 3.

No que diz respeito ao trabalho formalmente registrado em CTPS, observa-se certo padrão dentre os municípios pesquisados, em torno de 54% de homens para 46% de mulheres. No detalhamento dos dados, os municípios menores apresentam maior disparidade nessa relação a favor dos jovens do sexo masculino, denotando que as condições de trabalho das mulheres demonstram ser mais precárias do que as dos homens.

Em relação à segunda forma de inserção laboral pesquisada pelo IBGE, a carreira militar, que tem sido tradicionalmente masculina, não se encontrou nenhuma jovem do sexo feminino nela inserida, sendo 100% do sexo masculino, o que demonstra forte herança cultural e histórica das profissões “adequadas” a cada gênero, mesmo havendo abertura para o ingresso gradativo das mulheres nas carreiras militares desde 1987 no Brasil (BASTOS, 2009).

Por outro lado, no tocante aos funcionários públicos, observa-se que a maioria é composta de jovens do sexo feminino em todos os municípios pesquisados, chegando a perfazer quase 90% em Entre Rios do Oeste. Nos demais municípios, a proporção é de duas mulheres para cada homem, com exceção de Marechal Cândido Rondon, cuja relação é mais equilibrada. Estes dados podem ser explicados pelos níveis de escolaridade feminina na microrregião, mais elevados em relação aos dos jovens do sexo masculino, pois, para ingresso no serviço público, é necessário realizar provas e concursos. Outro aspecto pode estar relacionado com as carreiras ou profissões historicamente destinadas ao sexo feminino: professoras de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, assistentes administrativas, dentre outras profissões normalmente presentes no serviço público. Outros motivos a serem considerados são a estabilidade que o funcionalismo público proporciona, além de horários mais flexíveis ou de menor carga horária, fator importante para as jovens que já constituíram família e que possuem filhos pequenos.

Ao se relacionar os níveis de escolaridade com a inserção das mulheres de todas as idades no mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE/PNAD, 2011) para o conjunto do país demonstram apontam para os seguintes dados, dispostos no Quadro 4:

Observa-se por meio dos dados dispostos no Quadro 4 que a relação entre homens e mulheres economicamente ativos(as) apresenta um padrão interessante em nível nacional. Quando se trata de nenhuma ou baixa escolaridade, o número de homens economicamente ativos representa mais do que o dobro do número de mulheres inseridas no mercado de trabalho. Conforme o número de anos de estudos aumenta, essa diferença diminui até atingir praticamente a igualdade no grupo de 11 a 14 anos de estudo. A partir do patamar de 15 anos de estudo, o número de mulheres economicamente ativas ultrapassa o dos homens, fator extremamente positivo em termos de conquistas femininas. No entanto, embora as mulheres escolarizadas tenham conquistado empregos estáveis nessas últimas décadas em carreiras e profissões de prestígio, por outro lado, ocorre o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais que não contam com as garantias trabalhistas necessárias (BRUSCHINI, 2007).

Nesse sentido, em relação à informalidade e retornando aos dados da microrregião de Toledo, nos municípios menores nota-se uma porcentagem maior de jovens do sexo feminino trabalhando sem registro em CTPS: em torno de 60%. Palotina e Toledo apresentam índices ligeiramente mais elevados de jovens do sexo masculino sem registro (53%) em relação às jovens do sexo feminino. Na média dos

Quadro 4 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, sexo e grupos de anos de estudo – Brasil/2011

Grupos de anos de estudos	Pessoas de 10 ou mais anos de idade economicamente ativas na semana de referência (18 a 24/09/2011)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100.223.000	56.850.000	43.373.000
Sem instrução e menos de 1 ano	9.043.000	6.039.000	3.004.000
1 a 3 anos	6.828.000	4.493.000	2.335.000
4 a 7 anos	20.023.000	12.602.000	7.421.000
8 a 10 anos	17.863.000	10.665.000	7.198.000
11 a 14 anos	35.059.000	17.940.000	17.119.000
Mais de 15 anos	11.282.000	5.057.000	6.226.000
Não declarado	124.000	54.000	70.000

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IBGE/PNAD (2011, p. 61).

municípios pesquisados, a relação fixou-se em 52% de jovens do sexo masculino para 48% de jovens do sexo feminino (Quadro 3).

O trabalho por conta própria apresentou maioria de jovens do sexo masculino em todos os municípios: 65,45% para 34,55% do sexo feminino. Esses índices demonstram a ainda difícil posição das mulheres no mundo do trabalho quando se trata de atividades que requerem iniciativa própria, tomada de decisões autônomas e espírito empreendedor, características que não têm sido ou não foram historicamente desenvolvidas nas crianças e jovens do sexo feminino. Situação semelhante ocorre em relação à condição dos jovens como empregadores, ou seja, aqueles que têm sob sua supervisão um ou mais empregados contratados. No total dos municípios pesquisados, tem-se 55,6% de jovens do sexo masculino e 44,4% de jovens do sexo feminino, caminhando para o equilíbrio entre os gêneros, mas ainda demonstrando menor presença das jovens mulheres nessas atividades.

Quando se trata de trabalho não remunerado, definido pelo Censo (IBGE, 2010) como ajuda a membro da unidade familiar (em atividades como: agricultura, silvicultura, pecuária, conta própria ou empregador), auxílio em instituição religiosa, beneficente ou cooperativa, ou ainda como aprendiz ou estagiário, há um equilíbrio na relação de gênero (49% do sexo masculino e 51% do sexo feminino). Esses dados devem ser sinalizados com preocupação, pois exercer atividades laborais sem o correspondente pagamento em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios pode levar a uma situação de dependência, e não de autonomia, a esses jovens.

Com o objetivo de aprofundar a análise das diferenças de gênero entre os e as jovens inseridos no mercado de trabalho e suas condições salariais, julgou-se interessante verificar a renda declarada dos mesmos.

Em relação aos jovens que declararam não possuir renda, cerca de 70% são do sexo feminino em quase todos os municípios pesquisados, uma diferença de gênero significativa. Na faixa de renda de até 1 SM, ou seja, abaixo do mínimo nacional para todo o país, as jovens do sexo feminino predominam com média de 60% contra 40% do sexo masculino para a maioria dos municípios. Observa-se, nesse sentido, que as jovens do sexo feminino figuram em maior proporção nas faixas de renda consideradas como de extrema pobreza e pobreza¹⁰.

A faixa de renda declarada entre 1,01 e 2 SM para os municípios da microrregião apresentam maioria de jovens do sexo masculino, com uma média de 55% contra 45% das jovens. Nota-se que, nessa faixa, praticamente mínima de renda, os homens preponderam. Porém, quando se eleva o valor da renda declarada (de 2,01 a 4 SM), a porcentagem dos jovens do sexo masculino

Quadro 5 – Renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo o sexo – IBGE/2010

Renda	Sexo					
	Masc.	%	Fem.	%	Total	%
Sem renda	3.278	32,48%	6.814	67,52%	10.092	22,45%
Até 1 SM ¹	3.342	41,12%	4.785	58,88%	8.127	18,07%
De 1,01 a 2 SM	10.542	55,32%	8.516	44,68%	19.058	42,39%
De 2,01 a 4 SM	4.037	67,29%	1.962	32,71%	5.999	13,34%
De 4,01 a 10 SM	1.078	68,93%	486	31,07%	1.564	3,48%
De 10,01 a 20 SM	75	64,66%	41	35,34%	116	0,26%
Mais de 20 SM	7	100%	0	0%	7	0,02%
Total	22.359	49,73%	22.604	50,27%	44.963	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

aumenta consideravelmente: 67,3% contra apenas 32,7% das jovens do sexo feminino.

Na faixa de 4,01 a 10 SM as disparidades são ligeiramente maiores: 69% dos jovens do sexo masculino e apenas 31% das jovens do sexo feminino. Isso traduz na prática a enorme desigualdade existente em termos salariais quanto às diferenças de gênero, pois, quanto maior a faixa de renda, menor a porcentagem de jovens do sexo feminino. Na faixa de renda declarada entre 10,01 e 20 SM,

¹⁰ O IBGE (2011) destaca que a discussão sobre indicadores de pobreza e de extrema pobreza no Brasil ainda carece de estudos mais aprofundados, porém, parece haver uma utilização consensual no Brasil a partir da qual a pobreza absoluta é atribuída às famílias e indivíduos cuja renda domiciliar *per capita* situa-se em até R\$70,00 e a pobreza àquelas com até R\$140,00.

notam-se, também, distinções e contradições nas relações entre gênero, trabalho e renda entre os municípios pesquisados. Na média geral da microrregião, encontra-se 65% de jovens do sexo masculino para 35% de jovens do sexo feminino nessa faixa de rendimentos.

Em relação à faixa de renda de mais de 20 SM, nenhum município apresentou jovens com esse nível de renda, à exceção de Entre Rios do Oeste, com 100% deles pertencentes ao sexo masculino, confirmando as estatísticas em nível microrregional e nacional, as quais denotam maiores rendimentos individuais mensais às pessoas do sexo masculino. As informações demográficas e socioeconômicas do Censo 2010 apresentam as disparidades observadas na questão da renda. No universo da população brasileira, os homens recebiam em média 42% a mais do que as mulheres (R\$1.395,00 contra R\$984,00), sendo que essas diferenças tendiam a ser menores nos municípios de menor porte populacional e maiores nos municípios mais populosos, tal como aponta o IBGE (2011, p. 73-74). Conforme observado pelos dados dos municípios da microrregião, essas diferenças de renda são ainda maiores entre os jovens de 18 a 29 anos, sujeitos da pesquisa ora em análise, como se nota nos dados dispostos no Quadro 6.

É importante notar que, no total dos municípios da microrregião de Toledo, há mais de duas jovens do sexo feminino para cada jovem do sexo masculino sem renda e 1,4 para um no tocante à percepção de renda de até um salário mínimo. A medida que a renda declarada aumenta, aumenta também a razão de sexo favoravelmente aos jovens do sexo

Quadro 6 – Razão de sexo e níveis de renda declarada entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo – IBGE/2010

Municípios Renda	Total dos municípios pesquisados		
	% de jovens do sexo masculino	% de jovens do sexo feminino	Razão
Sem renda	32%	68%	1 para 2,1
Até 1 SM	41%	59%	1 para 1,4
De 1,01 a 2 SM	58%	42%	1,4 para 1
De 2,01 a 4 SM	69%	31%	2,2 para 1
De 4,01 a 10 SM	72%	28%	2,5 para 1
De 10,01 a 20 SM	54%	46%	1,1 para 1
Mais de 20 SM	100%	0%	Todos são do sexo masculino

Fonte: Elaboração dos autores com base nos micro dados do IBGE Censo 2010 (IBGE, 2013).

masculino, numa espiral crescente até a faixa de 10 SM. Após esse patamar, embora a razão de sexo ainda seja favorável aos jovens do sexo masculino, ela diminui, registrando que, para cada 1,1 jovem do sexo masculino, há uma jovem do sexo feminino na faixa de renda declarada entre 10,01 e 20 SM. No entanto, acima desse nível, encontram-se somente os jovens do sexo masculino.

Considerações Finais

É importante ressaltar que o país e suas regiões passaram por significativas transformações demográficas, culturais e sociais nas últimas décadas que trouxeram grande impacto na participação feminina em termos de educação, trabalho e renda. Pode-se citar, por exemplo, a queda na taxa de fecundidade no Brasil, que em 1970, era de quase 6 filhos por mulher e, em 2010, baixou para 1,9 filhos; a redução do tamanho das famílias, as quais passaram a ser compostas em 2010 por 3,3 pessoas, ao invés de 3,7 pessoas em 2000; e o crescimento acelerado dos arranjos familiares chefiados por mulheres, que em 2005 chegava a 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares, dentre outros fatores (IBGE, 2010, p. 18).

Além dessas transformações demográficas, vêm ocorrendo alterações nos padrões culturais e nos valores referentes ao papel social da mulher que, por sua vez, provocaram mudanças na identidade feminina, cada vez mais voltada para a profissionalização e o trabalho. Simultaneamente, a expansão dos níveis de escolaridade feminina e o ingresso nas universidades propiciaram o acesso a novas oportunidades de trabalho, nem sempre satisfatórias.

No que diz respeito à microrregião de Toledo, a pesquisa evidenciou que as jovens do sexo feminino possuem elevados níveis de escolaridade, com maior representatividade de gênero nos níveis de Ensino Médio completo e Ensino Superior; representam maioria entre os funcionários públicos;

corresponde a maioria em relação ao trabalho não remunerado; representam quase 70% entre os jovens que não possuem trabalho; e maior proporção nos níveis sem renda e de até 1 SM. Por outro lado, os jovens do sexo masculino são maioria entre os analfabetos, Ensino Fundamental incompleto e completo; representam maior proporção na categoria de empregados formais, informais, por conta própria e empregadores; perfazem a totalidade entre os militares; e representam a maioria em todas as faixas salariais acima de 1,01 SM até 20 SM.

Concluindo, nota-se que as jovens mulheres, mesmo com níveis de escolaridade mais elevados que os jovens do sexo masculino, têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, quando o fazem, seus salários são comprovadamente mais baixos. Assim, para a promoção de maior igualdade e justiça social em termos de equilíbrio entre os gêneros e oportunidades para todos, é necessário que os homens avancem em todos os níveis educacionais e que as mulheres consigam reverter as desigualdades de inserção e salariais no mercado de trabalho.

Referências

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. n. 123, v. 34. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, set./dez., p. 573-582. 2004.

BASTOS, M. L. da C. **Formação de identidade da mulher militar: análise do caso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro**. Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde. Especialização Lato Sensu em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2009.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**. v. 39, n. 136, jan./abr. p. 125-156. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Política Nacional de Juventude**. 2009. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set./dez. p. 537-572. 2007.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

_____. **Resultados gerais do Censo 2010 (Micro dados)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acesso a partir de 20 jan. a nov. 2013.

_____.; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE/PNAD). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasil/2011**. v. 31, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 1-135.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, L. V. N. **Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Toledo, 2014.

UNITED Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). **L'Éducation pour tous**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond. Disponível em: <<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>> Acesso em: 13 abr. 2010.